

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISAS EM PROJETOS SOCIAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE  
PROJETOS SOCIAIS EM ÁREAS URBANAS

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE DECISÃO  
COMO UM DIVISOR DE ÁGUAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE  
COMUNIDADES: UM ESTUDO DE CASO**

Élida Elizena Carneiro de Matos

Belo Horizonte

2011

Élida Elizena Carneiro de Matos

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE DECISÃO  
COMO UM DIVISOR DE ÁGUAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE  
COMUNIDADES: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialização.

Orientadora: Flávia Duque Brasil

Belo Horizonte

2011

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE DECISÃO  
COMO UM DIVISOR DE ÁGUAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE  
COMUNIDADES: UM ESTUDO DE CASO**

por

Élida Elizena Carneiro de Matos

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialização.

---

Flávia Duque Brasil (Orientadora) - UFMG

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2011.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus, por tudo! Agradeço ao meu pai, pela educação que me proporcionou. Mesmo eu, alguns anos atrás, não compreendendo o quanto ele queria meu bem, ele jamais desanimou. A minha doce mãe, que agora longe de corpo, está sempre presente em minha vida, iluminando meu caminho, e tornando este mesmo caminho mais leve. Agradeço aos meus irmãos, por estarem sempre presentes e serem tão especiais. Aos meus sobrinhos lindos, por fazer com que minha vida seja mais alegre. Ao Ronan, por existir, e a bastante tempo estar sempre ao meu lado, compartilhando e me apoiando em todas as minhas escolhas. A CDM, por me dar a oportunidade de ser livre. E finalmente, a minha orientadora, pela disposição e paciência neste período de escrita da monografia.

## RESUMO

O presente estudo tem como tema principal: a participação cidadã como um divisor de águas para o desenvolvimento de comunidades. O objetivo deste estudo é analisar e discutir como a participação das pessoas nos espaços de decisão interferem no processo de desenvolvimento de regiões com altos índices de vulnerabilidade social.

Para elaboração deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do assunto; além de observações diretas do Comitê para o Desenvolvimento Comunitário foco do estudo, e ainda análise dos relatórios dos encontros realizados com este Comitê. O trabalho será dividido em 3 (três) capítulos: o primeiro sobre a contextualização histórica e contribuições atuais acerca do tema; o segundo sobre o Programa Comunidade Viva e suas áreas de atuação; Por fim a análise acerca da participação enquanto um divisor de águas para o desenvolvimento de comunidades.

Após esse estudo, concluímos que a participação faz parte de um processo educativo e que como todo processo educativo o tempo e o exemplo para isto são fundamentais. Concluímos ainda que a participação é um processo dinâmico, no qual as capacidades locais estão em constante aperfeiçoamento devido às articulações existentes entre os diferentes atores . Dessa forma, torna-se imprescindível essa articulação dentro de todo processo do desenvolvimento, onde cada ator envolvido possa contribuir efetivamente nesse processo.

**Palavras - chave:** Participação, Desenvolvimento Comunitário, Educação, Empoderamento.

## **ABSTRACT**

The present study has as its main theme: citizen participation as a watershed for the development of communities. The objective of this study is to analyze and discuss how people's participation in decision-making spaces interfere with the process of developing regions with high levels of social vulnerability.

For preparation of this work was carried out a literature review on the subject, in addition to direct observations of the Committee for Community Development focus of the study, and further analysis of reports of meetings with this committee. The article is divided into 3 (three) chapters: the first on the historical background and current contributions on the subject, the second on the Community Living Program and its areas of operation; Finally, the analysis concerning the participation as a watershed for the development of communities.

After this study, we conclude that participation is part of an educational process and that the whole process of education and time are essential for this example. Also concluded that participation is a dynamic process in which local capabilities are constantly improving due to the joints between the different actors. Thus, it is essential that joint within the entire development process, where each actor involved in this process can contribute effectively.

**Keywords:** Participation, Community Development, Education, Empowerment.

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>09</b> |
| <b>2</b> | <b>PARTICIPAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES ATUAIS</b>                     |           |
| 2.1-     | Discussões introdutórias.....   | 12        |
| 2.2-     | A Participação enquanto instância para tomada de decisão.....   | 16        |
| 2.3      | Desafios no processo de participação cidadã.....  | 20        |
| 2.4      | Participação como instrumento para o Desenvolvimento Comunitário e fortalecimento de comunidades..... | 22        |
| <b>3</b> | <b>PROGRAMA COMUNIDADE VIDA: ORIGEM E ATUAÇÕES RECENTES</b>   |           |
| 3.1      | Contextualização.....   | 25        |
| 3.2      | Regional Barreiro.....  | 29        |
| 3.3      | Conhecendo a Vila Alta Tensão: Adalberto Pinheiro .....   | 29        |
| 3.4      | Programa Comunidade Viva: retomando a história.....   | 32        |
| 3.5      | O Programa Comunidade Viva no Bairro Adalberto Pinheiro.....  | 33        |
| <b>4</b> | <b>REFLETINDO SOBRE OS TRABALHOS NO COMITÊ ADALBERTO PINHEIRO</b>                                     |           |
| 4.1      | – Considerações iniciais.....   | 35        |
| 4.2-     | Comitê para o Desenvolvimento Comunitário Adalberto Pinheiro.....                                     | 36        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>45</b> |
| <b>6</b> | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>47</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com estudos como os de Rua (2009), Brasil (2009), Avritzer (1999), Dagnino (2002), Wampler (2008) vemos que a partir do final da década de 80 tem aumentado a disposição da sociedade civil em estar nos espaços de participação com o objetivo de estarem inseridas, ou seja, participarem deste processo.

Sabemos que a participação é fundamental em todo o processo de desenvolvimento de uma sociedade e no Brasil vemos que esta vem sendo ampliada. Alguns exemplos são os Conselhos, o Orçamento Participativo e as Conferências relacionadas às políticas públicas. Observa-se que estes espaços estão cada vez mais sendo reconhecidos pela população, como um lugar onde vislumbra-se a possibilidade de transformação a partir do interesse das pessoas.

A discussão sobre o tema participação, de certa forma é recente. De acordo com Avritzer (1999, p.10) “os estudos sobre participação social no Brasil já completam mais de duas décadas, se levarmos em conta os primeiros trabalhos empíricos sobre associações de bairro realizadas no começo da redemocratização brasileira, ainda nos anos 1980.”

Alguns estudos como o de Dagnino (2002, p.09), apontam que somente houve um ressurgimento participativo da sociedade civil brasileira, por volta da década de 70, quando a sociedade se opõe ao regime autoritário instalado com a Ditadura Militar. De acordo com a autora, com “a volta da vigência das instituições democráticas”, o país, lentamente, teve condições de se organizar e isto foi fundamental para o processo de transição democrática.

De fato, essa transição do regime autoritário para o regime democrático ocorreu, porém, os resquícios desta época ainda se mantêm em algumas ocasiões. Sabemos que a participação é algo que se constrói ao longo de uma trajetória. E devido à história do nosso país, o tempo de participação é um pouco recente, sendo assim, pode-se considerar que o número de pessoas que



de fato incorporaram a importância desta forma de atuação ainda é inferior ao necessário. Porém, como dito acima, a participação se constrói ao longo de uma trajetória, e como toda trajetória, o tempo é necessário para a sua consolidação.

Experiências foram construídas nessa área através do eixo de Fortalecimento de Comunidades do Programa Comunidade Viva que é desenvolvido pela ONG CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana, e realizado pela Siderúrgica V&M do BRASIL, no período de 2005 a 2011. A atuação em projetos desenvolvidos em comunidades de Belo Horizonte e da Região Metropolitana que tem a participação como premissa nos levou a discutir e a investigar este tema, que é tão relevante para a sociedade. Para isto, foi fundamental conhecer as contribuições atuais dos estudos sobre o tema participação. Através desse caminho discutimos como a participação das pessoas em espaços públicos de decisão é um divisor de águas para o desenvolvimento de comunidades. Dessa forma, esperamos oferecer aos profissionais da área alguma reflexão sobre o tema, colaborando para a garantia do desenvolvimento de comunidades de forma sustentável e participativa.

Como metodologia para este trabalho de conclusão de curso, será discutida participação a partir do ponto de vista de pessoas que ocupam estes espaços, seja de forma efetiva ou não. Para isto, tornou-se necessária a realização de uma revisão bibliográfica acerca do tema, logo, realizou-se análise documental sobre a participação cidadã a partir dos relatórios das reuniões realizadas com os Comitês para o Desenvolvimento Local. Outro ponto de método utilizado foi a observação direta do Comitê durante as reuniões. Dessa forma poderemos mostrar como a participação está sendo praticada por estas pessoas e se de fato tem interferido no processo de desenvolvimento da comunidade.

Com tudo isso exposto, torna-se necessário analisar a dinâmica da participação na região foco do estudo a fim de torná-la mais efetiva, melhorando assim o relacionamento interpessoal e o desenvolvimento dentro das comunidades estudadas.

O trabalho está organizado em três capítulos, além de introdução e considerações finais. No primeiro capítulo serão apresentadas as contribuições atuais referentes ao tema participação, através de uma análise conceitual sobre o tema. No capítulo seguinte será feita uma contextualização do Programa Comunidade Viva, sua área de atuação e o foco no desenvolvimento de comunidades a partir da metodologia do Comitê para o Desenvolvimento Comunitário, tendo como referência o Comitê Adalberto Pinheiro. O terceiro capítulo trata da análise documental de relatórios dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos junto aos Comitês. Aqui o foco será o desenvolvimento de comunidades a partir da metodologia de trabalho que vem sendo desenvolvida na região. Por fim, realizar-se-á uma discussão acerca da participação das pessoas em espaços de decisão como um divisor de águas para o desenvolvimento de comunidades.

## **2 PARTICIPAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES ATUAIS**

### **2.1- Discussões Introdutórias**

Para discutir a participação das pessoas nos espaços de decisão é necessário antes retomar o histórico de participação que disponibiliza instrumentos para as contribuições atuais sobre a temática.

Karl Marx (1818-1883), por volta de 1847, chama os operários a se unirem e lutarem contra a exploração capitalista; “Proletários de todos os países, unidos” (MARX; ENGELS, 2009, p. 82). Neste momento, Marx já antevia o caos social que a Europa estava enfrentando e qual seria a possibilidade nesta perspectiva para mudar o curso da história. A partir daí já se pode ver o apontamento de Marx para a necessidade de se estabelecer um objetivo comum para alcançar ao que se almeja.

Com a ordem social vigente a partir da instauração do capitalismo, pautada pela espoliação e desigualdades estruturais multidimensionais, vários problemas sociais surgiram, como consequência ampliaram-se as lutas sociais para o reconhecimento e conquista da efetivação de direitos. A partir disso, o homem passa a ser olhado como homem humano e não homem máquina como estava sendo vislumbrado dentro do novo sistema econômico predominante “[...] concentrava seus esforços em compreender ‘os homens de carne e osso’, movidos por suas necessidades materiais e inseridos no rio da história.” (QUITANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1996, p.21). Nessa perspectiva, é lançado, então, um novo olhar para a sociedade, que colocou os homens como agentes transformadores do meio em que viviam.

Os movimentos operários do século XVII eram realizados de forma pontuais em vários lugares da Europa onde havia a expansão do capitalismo. Os trabalhadores, indignados com o desrespeito que surgia nessa classe,

organizaram rebeliões. Essas manifestações formam os movimentos operários de 1848, que sofreu repressões por parte do Estado e da burguesia, e que não atingiu o objetivo a que foi proposto que era acabar com a exploração trabalhista. Porém, ocorreram algumas conquistas como a diminuição da carga horária para 10 horas de trabalho diárias.

O período transcorrido desde as revoluções de 1848 não deixou de apresentar aspectos compensadores [...] após uma luta de 30 anos, travada com notável perseverança, o operariado inglês, aproveitando uma ruptura momentânea entre os latifundiários e os capitalistas, conseguiu que fossem aprovada a lei da jornada de 10 horas. Os imensos benefícios físicos, morais e intelectuais que daí decorreram para os operários das fábricas, expostos semestralmente nos relatórios dos inspetores das fábricas, são agora amplamente admitidos. A maioria dos governos do Continente teve de aceitar, em formas mais ou menos modificadas, a lei inglesa do trabalho, e o próprio Parlamento inglês tem anualmente de ampliar a esfera desta lei. (MARX; ENGELS, 2009, p.102)

Assim iniciam-se os movimentos sociais<sup>1</sup> com o objetivo de reivindicar respeito, leis, e ação a favor da coletividade e bem estar, conquistam os políticos e democráticos – no séc. XIX, através de movimentos trabalhistas, e estes formam a Primeira Geração de Direitos<sup>2</sup>.

Com a afirmação das ciências humanas, no século XIX, como a sociologia, e antropologia, o indivíduo passa a ser entendido como ser social e individual carente de proteção contra as armadilhas instauradas pelo novo sistema, e a concepção do positivismo, em que o homem deveria se integrar à sociedade foi deixada para trás. Estas ciências se desenvolveram e no século XX se tornam referências no processo de entendimento do homem como indivíduo detentor de direitos e não submisso ao estilo de vida miserável que estavam vivendo,

---

<sup>1</sup> Por movimentos sociais, entende-se “como ações sociais coletivas de caráter sóciopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas.(GOHN, 2003, p. 13)

<sup>2</sup> A teoria de Marshall (1967), que a cidadania moderna é resultado de um processo histórico que teve início no século XVIII, com os direitos civis, foi ampliada no século XIX pelos os direitos políticos, e no século XX pelos direitos sociais, constituindo assim três divisões de direitos, ou seja, três garantias.(VILANI, 2002)

estimularam a sociedade à uma luta contra as classes dominantes pela igualdade de direitos.

No século XX observam-se estes movimentos cada vez mais intensos, a partir do processo de expansão do modelo capitalista pelo mundo, conquistando assim os direitos sociais, considerados também a segunda geração de direitos, que se diz respeito à justiça social, visa a preocupação com o coletivo e a proteção de grupos humanos como a família, o povo e as nações, o direito à paz, ao desenvolvimento econômico, à preservação do meio ambiente e ao patrimônio da humanidade.

A partir da segunda metade do século XX destaca-se a ampliação das formas de organização, mobilização e ação coletiva, ao lado alargamento dos motes de mobilização, para além da chave marxista. E finalmente a terceira geração de direitos, sobretudo constituída pelas demandas do reconhecimento das diferenças entre os grupos sociais.

A terceira geração de direitos é típica das democracias pluralistas da modernidade contemporâneas e diz respeito a fins coletivos. São direitos metaindividuais porque se referem à direitos dos indivíduos enquanto seres humanos (parte da humanidade) ou dos indivíduos enquanto membros de categoria ou grupo social específico. (VILANI, 2002 , p. 58)

Essas gerações de direitos incorporadas no conceito legal do Brasil constituem o objeto de luta dos movimentos atuais e buscam amplamente a conquista de uma cidadania plena.

No contexto contemporâneo, no Brasil, com o desgaste da Ditadura Militar, no final dos anos 70 e início dos anos 80 houve grandes manifestações sociais que colaboraram para a reorganização da sociedade civil, alvo de repressão. Esta reorganização culminou na criação da Constituição Federal de 1988, na qual alguns direitos sociais foram inseridos na lei, passando a ser deveres do Estado efetivados através de políticas públicas sociais. A Lei Magna de 1988 é um marco de lutas e de participação efetiva da sociedade na criação desse novo código nacional. Para sua construção houve a presença de grandes

movimentos que contribuíram efetivamente e conquistaram a garantia de direitos em leis.

Os anos 1980 representaram um amplo movimento de conquistas democráticas: os movimentos sociais organizaram -se em diferentes áreas, os sindicatos fortaleceram-se, as demandas populares ganharam visibilidade pública, as aspirações por uma sociedade justa e igualitária expressaram-se na luta por direitos que acabaram se consubstanciando na Constituição de 1988. A promulgação da constituição representou, ao menos no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país, com consonância com as transformações sócio-políticas e o agravamento da crise social que exigiam respostas públicas do Estado. (RAICHELLIS,2006. p. 9)

Com o passar dos anos, outros espaços foram conquistados, a partir do interesse da população em participar do chamado controle social<sup>3</sup>, que pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Como exemplo disso, temos os conselhos gestores de políticas públicas que são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária<sup>4</sup> entre Estado e sociedade civil, geralmente de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Atualmente os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

---

<sup>3</sup> O Controle Social é um instrumento democrático no qual há a participação dos cidadãos no exercício do poder colocando a vontade social como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito de algumas políticas públicas.

<sup>4</sup> Os conselhos devem ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Estado, haverá um representante da sociedade civil (exemplo: se um conselho tiver 14 conselheiros, sete serão representantes do Estado e sete representarão a sociedade civil). Mas há exceções à regra da paridade dos conselhos, tais como na saúde e na segurança alimentar. Os conselhos de saúde, por exemplo, são compostos por 25% de representantes de entidades governamentais, 25% de representantes de entidades não-governamentais e 50% de usuários dos serviços de saúde do SUS

O Orçamento Participativo (OP) é outro exemplo contemporâneo de arranjo institucional de participação constituindo um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que a sociedade civil debata e defina as prioridades para a sua região utilizando os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, este instrumento estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade.

## **2.2-A Participação enquanto instância para tomada de decisão**

A participação em projetos e programas sociais cada vez mais vem sendo levada em consideração na elaboração de projetos. Em muitas vezes ela se torna pré-requisito para financiamentos destes projetos e programas e tem grande influência nos processos de tomada de decisão.

Estudos apontam a importância de se levar em consideração, na formulação e gestão de programas e projetos sociais, a sua dimensão política, ou seja, os atores envolvidos ou afetados, seus interesses, objetivos e valores distintos além dos seus recursos (materiais ou simbólicos), bem como da sua interação, das alianças e conflitos potenciais (COSTA, 2004).

De acordo com Oliveira (2009), a participação se afirma no bojo dos processos de democratização como instrumento para o aprofundamento da democracia e para a reivindicação de democracia participativa, em caráter de complementaridade aos mecanismos de representação. A partir disso, abordamos o termo participação cidadã que se refere

“a intervenção, de diversas formas, dos agentes sociais no curso das atividades públicas, permitindo sua influência nas decisões estatais ou na produção de bens públicos, constituindo-se expressão de interesses sociais.” (OLIVEIRA, 2009)

De acordo com Rua (2009), os atores envolvidos possuem suas preferências e cada um deles define o que é importante para si ou para o coletivo. E isso não

é negativo, pois, dessa forma, vários atores utilizam de mecanismos de estratégias com o objetivo de priorizar o que ele entende como primordial.

Como existem outros atores com outras prioridades, isso traz a possibilidade de atuar em vários campos, trazendo uma maior gama de atuações podendo incluir segmentos sociais mais amplos.

“As decisões tomadas a partir da escuta a múltiplas vozes tendem a maiores possibilidades de sucesso, não apenas pela incorporação de novas perspectivas, mas pelo próprio consenso gerado, que permitiria atenuar resistências e, também, maior oportunidade de êxito”. (BRUGÉ, FONT E GOMÁ, 2008)

Dessa forma, vários atores são envolvidos e levados em consideração nos processos de transformação, visando à construção do bem-estar comum. Para isso, a participação cidadã se dá com o envolvimento da sociedade de forma organizada e sistemática, para assim conseguir as mudanças necessárias para alcançar o bem estar comum.

Autores como MOLINA, (2002); LICHA (2002) e CARNEIRO, (2001) afirmam que a participação propiciaria a apropriação das propostas pelos atores envolvidos e, conseqüentemente, o seu maior comprometimento. Além disso, que a participação favoreceria melhores condições de continuidade para as intervenções, não raramente interrompidas por governos subseqüentes. Por isso é fundamental que esta participação se dê de forma sistemática, pois assim fica garantido que o que foi planejado em determinada época, será implementado. Isso se dá, pois há pessoas ativas que se responsabilizam por este processo, sendo assim a participação favorece em três aspectos: aprimoramento de decisões, sustentabilidade de ações e obtenção de melhores resultados, pois foi incorporado às perspectivas dos atores envolvidos, que colaboraram na definição de problemas e opções para seu enfrentamento. A lógica da participação institucionalizada define que as instâncias participativas se constituem em espaços de publicização de conflitos, negociação de interesses e da construção de identidades coletivas.



Sendo assim, “a participação é considerada um ponto de partida para a democratização das políticas públicas, vinculadas à perspectiva da garantia dos direitos sociais e da possibilidade de redução das desigualdades. (SANTOS, 2002).

A participação cidadã enquadra um processo educativo. Ninguém nasce cidadão participativo, a ele, num primeiro momento, são dados instrumentos que o levam a participar de processos de decisão seja na família, na escola, entre amigos. E quando este é levado em consideração, está instaurado aí, o desejo de fazer parte desse contexto de tomada de decisão. Porém, a participação como forma de inclusão política pode ser ampliada no bojo dos processos de decisão, para ainda de forma pontual.

A partir disso, pode-se dizer que cabe aos profissionais da área social, intervir de forma a despertar nessas pessoas além do interesse pela participação, a tomada de consciência para a importância desta ação. No caso do Brasil, cabe a política de assistência social, que possui um equipamento - Centro de Referência em Assistência Social - CRAS que atende às famílias em sua comunidade, para iniciar um processo de educação voltada para o campo de direito e conquista da cidadania. Educação esta que pode despertar nos indivíduos a concepção de direitos, transformando-os em sujeitos, e criando nesses um ideal de luta que possa gerar uma mobilização e a conquista de uma vida digna, os tornando cidadãos.

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência.[Os movimentos sociais] criam ou recriam formas de ação originais, em seus fins e seus meios, de forte conteúdo simbólico. Orientam-se para objetivos precisos, concretos e importantes para a vida social [...]. exaltam a solidariedade, que é o princípio tácito da maioria das lutas, além de se esforçarem para exercê-la tanto por sua ação (encarregando -se de todos os “sem-”) como pela forma de organização de que são dotados. (BOURDIEU apud GOHN, 2010, P.23)

A partir disso podemos dizer da necessidade de se trabalhar um instrumento social capaz de mobilizar a população na luta por um ideal comum e que em um cenário político possa provocar mudanças no modo de agir da sociedade na busca de uma emancipação cidadã. Esse resultado pode ser alcançado através do processo de participação cidadã, ao qual não se limita apenas à participação no interior da sociedade civil, das manifestações públicas e passeatas, mas sim um processo gradativo e sistemático. Conforme dito acima, ninguém nasce um cidadão formado e ativista, são a família, a sociedade, e o Estado, através de pequenas experiências cotidianas de associações, como nos bairros e em pequenas comunidades locais, que são capazes de incorporar nas pessoas o desejo da participação. Esse processo gera um “empoderamento” capaz de promover a iniciativa das pessoas, fazendo com que essas acreditem que possam ser capazes de resolver os problemas que afetam diretamente suas vidas. Isso gera um movimento que envolve cada vez mais uma pluralidade de pessoas de um jeito mais organizado, e dessa forma gera uma mobilização capaz de conseguir mudanças no âmbito social através de um projeto coletivo. (TORO, 1996)

O empoderamento das pessoas se dá através da conscientização, da não alienação e da participação capaz de situar a pessoa diante das injustiças existentes e com isso elas se apropriam do poder de argumentar, questionar, lutar e exigir direitos e fazer valer sua cidadania, tendo uma participação ativa que proporcione autonomia e emancipação. Por isso visualiza-se a participação não como forma de “ocupar espaços”, mas como forma de exercer a democracia e a partir disso requerer políticas públicas que contemplem o desenvolvimento, seja econômico ou social da população. Essa participação só é possível de se concretizar quando tivermos uma sociedade que possua um conhecimento crítico e que consiga fazer uso deste, de maneira consciente, e, quando a pessoa deixar de ser apenas um beneficiário da política pública, ou seja “[...] aquele que depende de outrem para dar conta de seu destino, ainda que isto ocorra por direito”. (DEMO, 2000, p.30). Desenvolver essa consciência crítica é sem dúvida um trabalho árduo. Sair do lugar comum, da aceitação pura e simples de tudo que é posto, é um exercício de dedicação e

responsabilização e cabe ao profissional da área social, estabelecer estratégias para essa tomada de consciência da população.

### **2.3 Desafios no processo de participação cidadã**

Conforme apresentado acima o processo de participação depara-se com alguns desafios. A população que vive em situação de carência econômica se torna vulnerável a qualquer possibilidade de suprir suas necessidades, mesmo que temporariamente. Neste campo, surgem os participantes oportunistas, que se aproveitam da fragilidade do outro, para se promoverem.

Dentre os problemas elencados na literatura, Avritzer (2007) afirma que alguns funcionários de governo ou líderes comunitários são interessados em se tornar militantes devido ao prestígio e a renda que poderá advir de um cargo político, por exemplo, cargo de confiança, funcionários do legislativo e outros.

Outra questão a se observar é no processo de informação, pois existe a possibilidade de fortalecer na população o desejo moral de ser pobre. A partir disso pode-se supor que isso acontece por que é internalizada, nas comunidades carentes, a idéia de que a pobreza é uma situação normal em suas vidas e inclusive um mal necessário.

Muitos são os obstáculos existentes no processo de participação, e sabemos que a educação é um primeiro passo para a implementação deste processo, Toro e Werneck (1997) nos apontam alguns desses desafios:

- Romper com o fatalismo e a desesperança – Mostrar que existem situações que não podemos conviver, nem tolerar, é preciso despertar a capacidade para a mudança;
- Romper com o “costume com a ruindade” – Ver tudo com naturalidade, ter o sentimento que sempre foi assim. Romper com esse costume é assumir que somos nós que criamos a ordem social na qual estamos inseridos;

- Não ter um horizonte definido – É preciso começar e através de conversas, fontes empíricas, atenção aos conceitos de cidadania, democracia e participação; vai se delineando o agir e o objeto de luta;
- Abrangência e pluralidade – a mobilização não pode se restringir a grupos fechados, o processo não pode ter donos. Para tanto é preciso que haja livre circulação de informações; é preciso o desejo de fazer ação acima de partidos políticos, das religiões e de toda forma de divisão;
- Hierarquias e poderes – o tipo de participação, o tempo, não pode criar tipos de poderes, nem hierarquias no processo de mobilização social; tem que ter o sentimento de igualdade, tem lugar para todo mundo;
- Dificuldades com os especialistas - a resistência que pessoas diferentes desperta nos especialistas, que em algumas situações se sentem donos do assunto a ser tratado. A mobilização traz essa mudança, uma vez que no processo não existe donos, os assuntos são debatidos de forma mais ampla. E todos devem ser considerados cidadãos participantes;
- O abandono do movimento - por ser um movimento livre, participa quem quer e quando quer, mas é preciso saber e compreender que saídas prejudicam o movimento.

Depois de compreendidos estes obstáculos, ainda é necessário discutir a participação enquanto processo educativo. A prática educacional não é o único caminho para a transformação social, porém é através deste processo que a sociedade conseguirá dar início a uma busca da efetivação dos direitos. A informação consegue dar a população maior clareza para a construção de uma ideologia própria, para dessa forma se organizarem em prol do objetivo que buscam. Quanto mais conscientes as pessoas forem, maior é a capacidade delas de se incomodarem diante das situações vividas, e este incômodo tem como conseqüência o movimento, e é esse movimento que conduz as pessoas a se organizarem em busca de um objetivo que é comum, o de bem-estar. As pessoas precisam compreender que viver em sociedade significa transformar e (re)transformar a mesma, e não adaptar-se a ela. Por isso, é importante ter

espaços em que as pessoas tornem-se participantes ativos da história, capazes de promover mudanças.

#### **2.4 Participação como instrumento para o Desenvolvimento Comunitário e fortalecimento de comunidades**

O desenvolvimento comunitário apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas. Fica cada vez mais claro o fato de que o desenvolvimento não é apenas um fenômeno econômico. Trata-se de uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais, sobretudo com foco na pessoa.

“Só pode ser sustentável o que se articula em rede – com interdependência ao invés de dependência, com diversidade no lugar de uniformidade, com flexibilidade e não com fixidez; só pode ser sustentável o que se autoregula; só pode ser sustentável o que muda em congruência com o meio; e, portanto, só pode ser sustentável o que muda. (Augusto de Franco,2001)

Quando uma comunidade se desenvolve, ela cresce. Isto não significa necessariamente tornar-se maior ou mais rica. Isto significa tornar-se mais complexa e forte. Uma comunidade não se torna desenvolvida só por uma pessoa ou instituição, ela torna-se desenvolvida a partir da articulação com outras pessoas e parceiros de diversos segmentos, assim, não fica contemplado somente um setor ou outro, mas a comunidade como um todo.

O Desenvolvimento Comunitário é definido como um processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país. Porém, para que isto que está definido seja de fato alcançado, existem dois ingredientes que são imprescindíveis: a participação da comunidade e o apoio técnico governo, assim o desenvolvimento comunitário torna-se um instrumento para implementação e operacionalização de políticas sociais.

O desenvolvimento comunitário é o fortalecimento dos potenciais social, econômico e ambiental de uma região, município ou localidade, cuja finalidade é ampliar a qualidade de vida para seus habitantes. Ele é gerado pelo esforço conjunto de pessoas e organizações que se sentem parte ou implicados com uma comunidade. Também resulta do sentimento de pertencer e do entendimento de que os objetivos individuais são inteiramente alcançados quando todos atingem suas metas. Assim, o que se propõe coletivamente é alcançado.

Aumentar a capacidade de uma comunidade é aumentar a sua capacidade de fazer coisas por si mesma. É mais do que apenas acrescentar alguns serviços públicos ou comodidades como estradas, saneamento, água, acesso à educação e aos cuidados de saúde. Significa aumento da capacidade e força. Significa mais competências, mais confiança e organizações mais eficazes. Esse aumento da capacidade pode ser facilitado através de medidas, como projetos comunitários, mas só quando todos os membros da comunidade se envolvem, desde o início, para decidir sobre uma ação comunitária, a fim de identificar recursos escondidos dentro da comunidade, e através do desenvolvimento de um senso de propriedade e responsabilidade das instalações públicas, do início ao fim. Enquanto que um aumento da democratização pode ser feito pelo Governo, devolvendo algum poder à comunidade, a capacidade de fazer uso da decisão dos seus assessores legais depende das capacidades práticas que possuam, ou seja, a capacidade de tomar decisões sobre o seu próprio desenvolvimento, determinando o seu próprio futuro. Para o fortalecimento dessa comunidade é fundamental compreender alguns conceitos como, sustentabilidade<sup>5</sup> que se refere à "capacidade" de algo a ser "sustentado" (continuado) após a ajuda externa.

Outro conceito que é fundamental é a construção ou fortalecimento das redes socioassistenciais como uma forma de organização pautada pela ética, com estrutura horizontal, orgânica e autônoma, na qual a participação é incentivada,

---

<sup>5</sup> Sustentabilidade é um conceito sistêmico: relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana.

a diversidade é valorizada e o protagonismo é desenvolvido. (SCHLITTLER, 2001).

As redes sociais são imprescindíveis para o desenvolvimento de comunidades, é através da articulação com essas redes que se pode garantir a eficácia do que se é proposto como meta para o alcance do desenvolvimento.

### **3 PROGRAMA COMUNIDADE VIDA: ORIGEM E ATUAÇÕES RECENTES**

#### **3.1 Contextualização**

Para compreender melhor o Programa Comunidade Viva torna-se necessário fazer uma contextualização acerca dos atores envolvidos e ainda uma contextualização em relação à área de atuação do mesmo.

A ONG CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana, desenvolve o Programa Comunidade Viva em parceria com a V&M do Brasil e a Fundação Sidertube. Este programa é baseado na ação intersetorial entre o primeiro, segundo e o terceiro setor, de maneira a potencializar as articulações entre esses, visando o desenvolvimento sustentável de comunidades localizadas no entorno da V&M do Brasil na região do Barreiro.

A ONG CDM foi fundada em 1986 e realiza projetos sociais em áreas de vilas e favelas. Sua área de atuação é desenvolver projetos e contratos de prestação de serviços, em ambos os casos, com ações voltadas à redução da pobreza de populações residentes em áreas urbanas marginais que concentram pobreza e degradação humana, social e física.

No Brasil, a CDM está presente hoje em três estados: Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Além disso, integra a Rede Internacional de ONGs parceiras da Fundação AVSI, que atua em vários países, em ações voltadas a redução da pobreza. Esta instituição tem como missão, promover e sustentar o desenvolvimento humano e social de pessoas e realidades locais, dentro ou fora do país, com particular atenção à educação, a formação e à promoção da dignidade da pessoa humana em todas as suas expressões. Atualmente, estão sendo realizados pela CDM sejam no âmbito de convênio, de contrato ou de prestação de serviço os seguintes Programas e Projetos:



Tabela 1: Descrição de Programas e Projetos/CDM

| UNIDADE              | PROGRAMA/PROJETO  | LOCAL                                      | FINANCIADOR   |
|----------------------|---|--|---|
| MATRIZ               | Programa de Desenvolvimento Comunitário                   | Buriti Grande/Martinho Campos – MG         | SESI / Arcelor Mittal                                       |
|                      | Programa de Redução da Pobreza Urbana                     | Contagem – MG                              | Fundação AVSI/Prefeitura Municipal de Contagem              |
|                      | Plano Global Específico                                   | Vila Mariquinhas e Boa Esperança – BH – MG | Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ORBI S Arquitetura   |
| BARREIRO             | Programa Comunidade Viva                                  | Belo Horizonte – MG                        | V & M do BRASIL e FUNDAÇÃO SIDERTUBE                        |
| BETIM                | Programa Árvore da Vida                                   | Betim – MG                                 | Fiat Automóveis   |
| GOVERNADOR VALADARES | Projeto de Acompanhamento Técnico Social da Vila Carapina | Governador Valadares - MG                  | Prefeitura de Governador Valadares/ Caixa Econômica Federal |
| CATAGUASES           | Programa Nossa Energia                                    | Zona da Mata/MG                            | Energisa Força e Luz  |

Fonte: Pesquisa da autora

Para o desenvolvimento de todos estes Programas e Projetos, a CDM conta com uma equipe de trabalho capacitada com formações em diversas áreas, como Psicologia, Sociologia, Comunicação, Engenharia, Arquitetura, Geografia, Serviço Social, Pedagogia, Letras, entre outras. Todos esses profissionais são convidados a participarem de formações mensais em que são discutidos todos os pontos de método da instituição além de questões pontuais vivenciadas pelos profissionais, de modo que as soluções possam ser encontradas a partir de uma reflexão de profissionais de outras áreas. Cada Programa ou Projeto possui sua equipe que a todo o tempo é estimulada a integração entre os profissionais de modo a se criar um ambiente saudável de trabalho que tem como consequência pessoas interessadas em desenvolver, com qualidade, suas funções, tendo sempre como foco às pessoas e suas necessidades.

A V&M do Brasil e suas subsidiárias V&M Florestal e V&M Mineração são unidades brasileiras do grupo Vallourec & Mannesmann Tubes. Com dezenas de plantas industriais e negócios em quatro continentes, a V&M Tubes é uma holding de capital francês, 100% controlada pelo Grupo Vallourec. Uma das mais modernas siderúrgicas integradas do mundo, a V&M do Brasil produz<sup>6</sup> tubos de aço sem costura a partir de matéria-prima e energia fornecidas pelas subsidiárias V&M Florestal e V&M Mineração. Um processo de produção auto-sustentável que credencia os seus produtos como Tubos Verdes. A Usina Integrada do Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde é desenvolvido o Programa Comunidade Viva ocupa uma área de aproximadamente três milhões de metros quadrados. Esta área abrange os municípios de Belo Horizonte e Contagem em Minas Gerais.

Líder no Brasil na produção de tubos de aço sem costura, a V&M do Brasil é uma empresa que se guia pela sustentabilidade, tanto no desenvolvimento econômico, quanto na conservação ambiental e responsabilidade social, com apoio a projetos de incentivo à cidadania, cultura e desenvolvimento humano.

---

<sup>6</sup> Com capacidade para produzir cerca de 550 mil toneladas de tubos por ano, é um dos complexos siderúrgicos mais modernos e bem equipados do mundo

A V&M do Brasil entende que o alcance da sustentabilidade só é viável por meio do equilíbrio entre uma boa gestão econômica, ambiental e social. A promoção da melhoria da qualidade de vida, os programas educacionais e os que estimulam a geração de renda são uma realidade para os empregados da siderúrgica e seus familiares, como também para prestadores de serviço, parceiros e comunidades com as quais a empresa se relaciona.

O Grupo V&M do BRASIL utiliza os mecanismos viabilizados pelas leis de incentivo estadual e federal (ICMS e IR) e o FIA (Fundo para Infância e Adolescência) para estabelecer parceria com os poderes públicos no financiamento de projetos e ações artísticas, culturais, sociais, educacionais e esportivas. As cidades de Belo Horizonte, com ênfase na região do Barreiro, e Brumadinho e as regiões Norte e noroeste de Minas Gerais, abrigam as comunidades sob influência direta das atividades das empresas V&M do Brasil. Do ponto de vista social, as empresas V&M do Brasil investem continuamente em programas e ações que promovam o bem-estar, a cultura, a educação, o lazer, a saúde, a preservação ambiental e a geração de renda para as comunidades locais. São priorizados projetos e ações que tenham responsabilidade compartilhada com entidades sociais, poder público ou parcerias. Também ganham prioridade, iniciativas que possam ser reproduzidas e projetos que tenham perspectiva de se autossustentarem. Este é o caso do Programa Comunidade Viva que surge a partir de um interesse da Siderúrgica V&M do Brasil em desenvolver um Programa de ações sociais nas comunidades do seu entorno.

Como apresentado na introdução, o foco deste trabalho será as ações desenvolvidas no Bairro Adalberto Pinheiro, que se localiza na região do Barreiro. Para isso, será descrito abaixo um breve histórico desta região e do bairro acima citado.

### **3.2 Regional Barreiro**

A regional Barreiro tem sua história iniciada em 1855, quando surgiu a fazenda Barreiro de propriedade do Sr José dos Santos Brochado. (PBH, 07/10/2011). Com a chegada do engenheiro Aarão Reis que tinha como objetivo construir a nova capital, este se interessou pela qualidade da água da região e tinha como intenção usá-la para o abastecimento de água da capital. Nos anos posteriores, a construção de uma linha férrea atraiu moradores para a região, provocando modificações em sua paisagem que antes era predominantemente rural.

No final da década de 40, o governo do Estado intermediou a negociação entre os proprietários da Fazenda Barreiro e um grupo estrangeiro, resultando na cessão de toda a área para a construção da primeira grande indústria, como também de toda a capital. Para o geógrafo Ivair Gomes, que publicou em 2005 na revista Caminhos da Geografia, o Barreiro é uma região industrial, com população predominantemente operária. A Companhia Siderúrgica Mannesmann, o Distrito Industrial do Jatobá, as novas áreas industriais do bairro Olhos D'água e a proximidade com a Cidade Industrial em Contagem foram os grandes responsáveis pelo seu estágio atual de desenvolvimento. Eles acabaram favorecendo também, uma intensa diversificação comercial e de serviços, proporcionando-lhe aspecto e independência de cidade. PBH, 07/10/2011.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, a região do Barreiro possui uma população de 282.352 habitantes, sendo 146.445 mulheres e 135.907 homens.

### **3.3 Conhecendo a Vila Alta Tensão: Adalberto Pinheiro**

A CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana tem por premissa, conhecer profundamente a realidade onde irá atuar, para a partir daí definir em quê e como. O início do conhecimento dá-se a partir de um

diagnóstico socioeconômico da região, levando em consideração alguns aspectos, conhecidos como aspectos do patrimônio, sendo este entendido como bens e capacidades (recursos) que os indivíduos possuem e podem recorrer para garantir à si mesmos e à seus familiares maior segurança e um melhor padrão de vida. São fatores do Patrimônio: Trabalho; Moradia (Habitat); Capital Humano: Saúde e Educação; Relações Familiares Capital Social.

Para atuação no bairro Adalberto Pinheiro não foi diferente, foi realizado um diagnóstico socioeconômico, levando em consideração estes aspectos. Apresenta-se um breve histórico da região do bairro Adalberto Pinheiro que fez parte deste diagnóstico e foi produzido a partir de dinâmicas com a participação dos moradores, principalmente os mais antigos, além de levantamento de dados socioeconômicos a partir de pesquisa amostral.

Vale ressaltar que no ano de 2009, quando foi realizado o diagnóstico, a região do Bairro Adalberto Pinheiro foi nomeada como Vilas Alta Tensão I e II. Esta nomenclatura foi referenciada no nome que está registrado na Prefeitura de Belo Horizonte. No decorrer do trabalho, a partir da demanda da comunidade foi apresentado que há uma luta da comunidade para fortalecer a identidade do Bairro como Adalberto Pinheiro, que foi um dos primeiros moradores da região. A Vila Alta Tensão está localizada no bairro Novo das Indústrias na região do Barreiro em Belo Horizonte. De acordo com os dados do Censo 2010, a Vila possui uma população de 1222 pessoas. Estes não reconhecem a área como vila e sim como região pertencente ao bairro. A vila é composta por invasões e está numa região onde estão instaladas várias torres de energia elétrica, fato que justifica o nome da mesma: Vila Alta Tensão ou Vila das Antenas.

A maioria dos moradores é originária de outros bairros. Como não tinham moradia própria, vieram para a área a fim de sair do aluguel através de invasões ou de loteamento barato. Os primeiros moradores da Vila ocuparam o espaço há cerca de 30 anos atrás. O serviço de energia elétrica e abastecimento de água foi implantado na vila por volta de 1980. A princípio, o abastecimento de água se dava através de poços e cisternas individuais e várias minas d'água. Na localidade existe serviço de coleta de lixo porta-a-porta

a aproximadamente 10 anos. O serviço de esgoto ainda é informal em algumas partes da vila.

A Vila é composta por becos, ruas de terra, algumas calçadas e outras possuem asfalto. De acordo com os moradores, todos os anos eram realizadas festas juninas nas ruas, mas devido à violência estas não acontecem mais há cerca de 10 anos. De acordo com relato existiu uma associação comunitária atuante de 1982 a 1985 denominada ACOMBI que atualmente está extinta. Atualmente, O Centro de Saúde que atende a vila é o do bairro das Industrias, que fica localizado do lado oposto na vila, tendo como separação a Via do Minério. As instituições de ensino regulares que atendem população da Vila são duas escolas estaduais e uma Unidade Municipal de Educação Infantil. Na região, não há área de lazer. Os moradores se deslocam para outras áreas ou, em determinados momentos usam o espaço da escola. Ainda de acordo com os moradores, as atividades das instituições locais são individualizadas.

Atualmente na região existe uma Associação Comunitária do Bairro Novo das Industrias/Adalberto Pinheiro, que está em funcionamento a aproximadamente um ano.

Em relação as conquistas existentes na comunidade, alguns benefícios advindos de lutas organizadas foram levantados, como exemplo temos a construção da Unidade Municipal de Educação Infantil Sol Nascente conquistada através do Orçamento Participativo. Na década de 70, a conquista do serviço de energia elétrica para a vila, além da passarela no anel rodoviário, o que teve como grande benefício a considerável diminuição do número de atropelamentos na via.

Segundo os moradores que participaram da pesquisa quantitativa e qualitativa<sup>7</sup> dessa localidade os principais problemas da região são violência entre os jovens, maus tratos em crianças, drogadição, tiroteios, transporte ineficiente, falta de policiamento, falta de trabalho/ocupação par os jovens, falta de

---

<sup>7</sup> Todo o processo de levantamento de dados foi realizado através de questionários socioeconômicos organizativos e ainda grupos focais realizados com grupos de moradores da região. Gomes e Barbosa (1999) acrescentam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”

especialidade médica no posto de saúde, esgoto sem tratamento, quando o esgoto entope e os ratos existentes, além da falta de lazer, de comércios e de empregos.

### **3.4 Programa Comunidade Viva: retomando a história**

O Programa Comunidade Viva surge no ano de 2005, desenvolvendo atividades na Vila Dom Bosco, no Bairro Jardim Industrial em Contagem. A partir de um diagnóstico social realizado nesta época, ficou definido que os patrimônios mais fragilizados das pessoas eram na área de Educação, Geração de Trabalho e Renda e Organização Comunitária. A partir deste diagnóstico, ficou definida que estas seriam as áreas de atuação.

Após 5 anos de atuação com impactos bastantes significativos na região, como cerca de 600 alunos atendidos nas oficinas socioeducativas de dança folclórica, street dance, e outras, além de 81% de frequência em outras ações do Programa, mais de 7000 acessos ao computador, sendo cerca de 60% primeiro acesso, cerca de 250 professores e gestores atendidos em cursos de formação e seminários sobre educação, cerca de 2500 participantes nos Circuitos Educativos na Escola, cerca de 70 participantes dos grupos de referência, mais de 20 cursos de qualificação oferecidos e mais de 350 pessoas qualificadas, algumas lideranças de outras regiões, buscaram conhecer o Programa Comunidade Viva e saber da possibilidade de se realizar o Programa nessas regiões.

Dessa forma, em 2005 foi realizado um diagnóstico das Vilas Santa Cecília, Vilas Alta Tensão, conjunto Vitória e Vila Copasa localizadas na região do Barreiro em Belo Horizonte. E ficou definido que essas seriam as novas áreas de atuação. No início do ano de 2011, foram feitas visitas na região, conversas informais com moradores, além de grupos focais<sup>8</sup> para delimitarmos melhor o trabalho a ser desenvolvido. Mais uma vez seriam realizados trabalhos nas áreas de Educação, Formação e Trabalho e Fortalecimento de Comunidades.

---

<sup>8</sup> É uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisado

Porém, o Programa Comunidade Viva realizou um salto de escala: saiu do lugar de executores de oficinas estritamente, para um fortalecimento das instituições locais de modo que elas possam atender de forma qualificada as demandas da região.

Atualmente, nos eixos Socioeducacional e Formação e Trabalho ainda continuam acontecendo algumas oficinas pontuais, de street dance e música, além de cursos profissionalizantes na área administrativa e mecânica industrial a partir de uma parceria com a siderúrgica V&M do Brasil. Porém, o eixo de maior ação nestas novas áreas de atuação, é o Fortalecimento de Comunidades, pois é ele o responsável por conhecer profundamente a região, às instituições nela existentes, suas potencialidades e demandas, e traçar uma estratégia de intervenção para melhoria da qualidade de vida na re

### **3.5 O Programa Comunidade Viva no Bairro Adalberto Pinheiro**

A partir dos dados apresentados acima, referente ao diagnóstico da Vila Alta Tensão/ Adalberto Pinheiro, no início do ano de 2011, traçou-se uma estratégia inicial de ação para esta nova área de atuação.

O primeiro passo foi estudar o diagnóstico e elaborar um plano de ação, onde estavam descritos todas as ações previstas para o desenvolvimento do trabalho, tendo a consciência de que ele poderia ser alterado durante o processo. Como o trabalho do Fortalecimento de Comunidades parte no primeiro momento do fortalecimento de instituições, foi necessário realizar visitas em todas as instituições do bairro Adalberto Pinheiro. A partir de uma lista formulada durante a execução do diagnóstico no bairro, foi feita uma análise superficial destas e logo agendadas as visitas que tinham como objetivo apresentar o Programa Comunidade Viva e a proposta do Eixo Fortalecimento de Comunidades, além de convidar as pessoas para o I Encontro Local que seria um momento de apresentação geral do Programa, e da proposta de trabalho além da formação de um Comitê para o



Desenvolvimento Comunitário, que seria o responsável por traçar junto do eixo Fortalecimento de Comunidades um Plano de Desenvolvimento para a região.

A metodologia de trabalho do eixo Fortalecimento de Comunidades ainda está em construção, é óbvio que utilizamos de experiências bem sucedidas da própria instituição e de outras para elaborar esta metodologia de trabalho. Um dos materiais que utilizamos como eixo norteador foi à metodologia do DLIS-Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. Esta metodologia de desenvolvimento local por meio do investimento em capital social se baseia na idéia de que o capital social depende, fundamentalmente, de duas coisas: das redes sociais (que ligam horizontalmente pessoas-com-pessoas, *peer-to-peer*, ou *P2P*) e da democracia (na base da sociedade e no cotidiano do cidadão).

A todo o tempo, foi tomado também como base instrumentos de trabalho em rede, pois entende-se que é somente com uma rede sociassistencial fortalecida que uma região terá condições de suprir a própria demanda. Além disso, bastante é estimulada a participação dos integrantes em espaços de decisão, com o objetivo de que as pessoas, membros dos Comitês tenham a consciência da necessidade da ocupação destes espaços. A partir da formação do Comitê para o Desenvolvimento Comunitário que é constituído por representantes de instituições da região, são realizados encontros sistemáticos. Cada encontro tem objetivos definidos e emerge de cada encontro um produto que culminará no Plano de Desenvolvimento Comunitário.

No próximo capítulo far-se-á uma interlocução entre os trabalhos desenvolvidos até o momento pelo eixo Fortalecimento de Comunidades no Bairro Adalberto Pinheiro com a análise na abordagem da participação.

## **4 REFLETINDO SOBRE OS TRABALHOS NO COMITÊ ADALBERTO PINHEIRO**

### **4.1 –Considerações iniciais**

Conforme apresentado no capítulo anterior, o Comitê para o Desenvolvimento Comunitário Adalberto Pinheiro, foi formado em março de 2011, com a proposta de ser composto por lideranças comunitárias, mas principalmente instituições locais e que teria como objetivo final a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Comunitário para a região.

Em janeiro de 2011, foi elaborado um planejamento referente ao Eixo Fortalecimento de Comunidades do Programa Comunidade Viva, e neste planejamento definiu-se resultados de curto, médio e longo prazo. Em curto prazo estabeleceu-se como resultado a relação de confiança entre a equipe do Programa e os membros dos Comitês, um conhecimento aprofundado da comunidade com o estudo e validação do diagnóstico, a definição das áreas de intervenção e as propostas, além da identificação das parcerias. Como resultado de médio prazo, a proposta é do fortalecimento dos atores no território, e como resultado de longo prazo, é comunidade desenvolvida e atuante, além do protagonismo comunitário garantindo a sustentabilidade das ações. Para alcançar todos estes resultados, existe um planejamento do que será tratado em cada encontro, porém este é completamente flexível visto que esta metodologia está em construção.

Ao longo dos encontros que acontecem de forma sistemática a cada 20 dias, observou-se a necessidade de alterar o que foi planejado a partir da demanda do grupo. No caso do Comitê Adalberto Pinheiro, fomos surpreendidos em diversos momentos por iniciativas do grupo que eram esperadas como resultados de médio e longo prazo.

Atualmente, o Comitê Adalberto Pinheiro é composto por 20 pessoas, sendo 14 representantes de instituições de diversos segmentos e 9 lideranças comunitárias. O processo para vinculação ao Comitê, foi a partir de pré

inscrição voluntária, logo após uma explicação mais aprofundada do trabalho. Como o trabalho exige uma sistematicidade de ações, é necessário presenças constantes e também de dedicação do participante, para isso, foi proposto para ao grupo a elaboração de um Regimento Interno, em anexo, que tem como finalidade definir regras para o bom funcionamento do Comitê.

#### **4.2- Comitê para o Desenvolvimento Comunitário Adalberto Pinheiro**

Até o momento foram realizados 09 encontros com o Comitê Adalberto Pinheiro, no período de março de 2011 a novembro de 2011 e nestes encontros alguns passos em busca do desenvolvimento comunitário já foram dados.

Conforme apresentado anteriormente, o trabalho junto ao Comitê Adalberto Pinheiro ainda está em andamento, e por isso não é possível afirmar se todas as metas definidas para que se alcance o desenvolvimento pleno da região serão alcançadas. Alguns relatos poderão demonstrar o caminho que está sendo traçado. Pode-se dizer que já houve avanços em alguns aspectos como por exemplo o fortalecimento da rede socioassistencial, porém outros aspectos como a organização comunitária ainda precisam ser mais desenvolvidos.

No início dos trabalhos junto ao Comitê Adalberto Pinheiro, foi desenvolvido com o grupo a validação do diagnóstico realizado no ano de 2009/2010. Depois de validado este diagnóstico, o grupo a partir de uma dinâmica planejou como estaria a localidade no ano de 2015. Esta dinâmica se chama Seminário Visão de Futuro, e é um encontro com quatro horas previstas de duração em que são realizadas algumas oficinas e pretende coletar objetivos e metas para trabalhar até o ano de 2015. Este, até o momento, foi um dos encontros mais importantes, onde o grupo se sentiu motivado para ir em busca do que se almejou até o ano 2015.

Para que estas metas estabelecidas sejam alcançadas, é necessária uma boa articulação com a redesocioassistencial e com o poder público, a partir disso a um aspecto trabalhado junto ao Comitê Adalberto Pinheiro foi a estimulação à

participação nos espaços de decisão, como reuniões de Conselhos, reuniões de Rede Socioassistencial da região, além das conferências. Em um primeiro momento, o objetivo disso era para o conhecimento destes espaços enquanto instâncias de participação. Com o passar do tempo o objetivo foi de estimular a participação enquanto espaço de poder de decisão, para isso algumas pessoas se tornaram conselheiras e/ou delegados nas conferências. De acordo com Licha (2002) estes espaços de participação propiciam

“o fortalecimento da solidariedade social, o fomento de ações cooperativas e democráticas, o fortalecimento das capacidades comunitárias de intervenção e a construção de redes. Em outros termos, a participação é associada aos processos de aprendizagem coletiva, de fortalecimento da cultura democrática e das identidades coletivas e, ainda, às possibilidades de inovação nas políticas e programas.

Oliveira (2002) nos diz que espaços democráticos, como é o caso do Comitê Adalberto Pinheiro, que estão ancorados nos processos de interação e comunicação, conferem espaço para a emergência de novos atores e construção de novas práticas, bem como possibilitando a reconexão entre democracia e a noção de bem comum.

Conforme discutido no capítulo 1, o processo de fomento a participação é educativo. Não se nasce participativo, e sim são criados, desde a infância, espaços em que esta é favorecida. No caso do Comitê Adalberto Pinheiro não foi diferente, a todo o tempo é estimulada a participação. E por entender que se trata de um processo educativo e uma das formas de educar é a partir do exemplo, os animadores do trabalho, no caso a equipe técnica, também participa de todos estes espaços em que é estimulado a participação dos membros dos Comitês. O educador Paulo Freire, 2001, em um artigo presente no livro “Pedagogia dos sonhos possíveis”, de autoria de sua irmã, Ana Maria Araújo Freire, descreve como se dá o processo de entendimento e incorporação desses valores nas pessoas. Segundo ele, a partir do entendimento das necessidades locais, e a delimitação da intenção da intervenção, ao profissional é necessário absorver-se no campo de trabalho e fazer seu atendimento da melhor maneira de forma a ser considerado um

integrante desse grupo. Após esse processo é necessário repassar para as pessoas, conforme a situação, as informações necessárias para provocar uma inquietação na comunidade acerca da situação de vida e o que pode ser feito para melhorar. Num primeiro momento o sujeito absorve a informação, que permanece nele em um nível de situação ideal, é quando ele terá uma pura opinião da situação, em um segundo momento, quando esta situação ideal se transforma em sua percepção, formando um conhecimento, este então se envolve cada vez mais com o processo. (FREIRE, 2001) [...] “não há como negar que as experiências dessas relações envolvem de um lado a curiosidade humana, centrada na própria prática relacional, de outro, a curiosidade alongando-se a outros campos. O envolvimento necessário da curiosidade humana gera, indiscutivelmente, achados que, no fundo, são ora objetos cognoscíveis em processo de desvelamento, ora o próprio processo relacional, que abre possibilidades aos sujeitos das relações da produção de inter – conhecimentos”. (FREIRE, 2001, p.53)

Durante o ano de 2011, observou-se que as festas realizadas na região estavam esvaziadas, a partir disso chegou-se a conclusão que isto se deu, pois, ocorriam coincidências em relação ao dia e horário de realização das mesmas. E esta foi umas das metas definidas pelo grupo no Seminário de Visão do Futuro que foi apresentado anteriormente. Com os encontros realizados junto ao Comitê Adalberto Pinheiro, o grupo chegou a conclusão de que o objetivo das festas não estavam sendo atendidos, pois poucas eram as pessoas beneficiadas com os eventos. Sendo assim, o grupo decidiu planejar uma Festa Integrada das Crianças no mês de outubro de 2011, em que a maioria das instituições se organizaram e promoveram juntas a festa. Esta foi uma grande ação do Comitê Adalberto Pinheiro, e um grande passo para o alcance do desenvolvimento comunitário, pois, para que se alcance este desenvolvimento é imprescindível que se tenha objetivos comuns, e esta foi a situação da festa: as instituições se organizaram em busca do objetivo comum que era promover uma festa das crianças que houvesse a participação das crianças que são vinculadas às instituições e ainda uma integração deste público. A participação das instituições na organização deste evento, nos

mostra como diz Oliveira (2009) que a participação implica em sentimento coletivo e de ajuda mútua, em torno de um objetivo comum.

Acima foram apresentados exemplos de resultados bem sucedidos em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido. Porém, sabe-se que o processo de participação é conquistado a médio e longo prazo, pois como todo processo educativo leva tempo até ser consolidado. Dessa forma, observa-se também, que mesmo ao longo de um trabalho de aproximadamente um ano, ainda há manifestações das pessoas, integrantes do comitê, onde vemos que a consolidação da participação ainda é frágil. Os discursos destas pessoas nos mostram como a participação ainda não é vivenciada pela maioria.

Um dos participantes do Comitê por exemplo, disse que o passeio de sua residência não foi varrido pelo gari e reclamou que o gari não cumpre suas funções como deveria. Mas mostrou-se incapaz de se aproximar dessa pessoa, saber de suas funções, entrar em contato com o serviço de limpeza urbana ou, se organizar juntos com os outros vizinhos e buscar o lugar adequado para registrar seu desagrado. Percebe-se que ocupar o lugar de sempre responsabilizar o outro pelo que tem de errado, é mais cômodo, não gera trabalho. Porém, com o passar do tempo e o engajamento destas pessoas nos espaços de participação, pode-se observar um grande avanço em relação a seus posicionamentos e suas reivindicações, além do reconhecimento de que existe um lugar adequado para reivindicar e que, discussões ao léu, de fato não contribuem para o desenvolvimento.

A partir disso, pode-se dizer que da produção destes reconhecimentos inicia-se o processo de mobilização social, um encontro com pessoas que se sentem capazes de provocar e construir mudanças. “Um processo de mobilização social tem início quando uma pessoa, um grupo ou uma instituição decide iniciar um movimento no sentido de compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo” (TORO; WERNECK, 2007, p.41), A mobilização passa a ser então um objetivo alcançado e, ao mesmo tempo, um meio para se alcançar outros objetivos, por isso é necessário que esse processo cresça em abrangência e profundidade. Quando uma sociedade entende que é ela que

constrói a ordem social, adquire a capacidade de autofundação, de construir a ordem desejada. Ela supera o fatalismo e percebe a participação, a diferença e a deliberação de conflitos como recursos fundamentais para a construção da ordem social. A participação deixa de ser uma estratégia para converter -se em essência, no modo de vida da democracia. (TORO; WERNECK, 2007, p.29)

A mobilização social enquanto categoria deve então ser tratada politicamente, e o empoderamento deve ser no sentido de levar os cidadãos a pensar criticamente na situação, conhecendo a responsabilidade do Estado e as condições que são impostas pelo sistema. Não basta apenas ter consciência de que através do associativismo os problemas sociais serão resolvidos, é preciso gerar uma ideologia de classe para fazer com que a mobilização tenha efeito como um instrumento de emancipação cidadã. É imprescindível, ao se tratar a mobilização e participação que os atores envolvidos não lutem apenas para resolver problemas decorrentes da má gestão pública na área social, através de projetos e programas. Para Gohn: [...] o uso das redes e estruturas associativistas existentes na sociedade civil como meros agentes instrumentais para resolver problemas decorrentes da má distribuição dos serviços sociais públicos, via a participação daqueles agentes em projetos e parcerias públicas, onde não há autonomia ou horizonte mínimo de emancipação aos participantes. Eles são tratados como responsáveis pela solução de problemas aos quais eles têm direito de ter acesso. Acreditamos que a importância da participação da sociedade civil se faz não apenas para ocupar espaços nas novas esferas públicas, antes dominadas por representantes de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento auto - sustentável das populações atendidas, assim como respeitem os direitos dos cidadãos. (GOHN, 2010, p.37).

Nesse sentido, a mobilização social, quando utilizada de modo a privilegiar a concretização dos interesses das classes subalternas, e a inserção dos sujeitos

nos mecanismos de gestão pública como os conselhos, se dá de forma crítica, com olhar político, e se tornam espaços de enfrentamento de interesses sociais capazes de gerar respostas efetivas às necessidades das pessoas. Ao se trabalhar a partir deste conceito, a visão da importância de um sujeito coletivo histórico, consciente de si, torna mais claro. É pensar na possibilidade de mudança a partir de uma classe que é determinada e subjugada à uma consciência vinda de fora, para uma classe de consciência coletiva que seja capaz de romper com laços de dominação buscando sempre superar as contradições impostas pelo sistema. (GOHN, 2010), Essa criação de uma vontade política, a busca da cidadania capaz de gerar as próprias oportunidades e conquistar sua emancipação passa pelo campo do saber, das informações, de uma ação que recusa as visões fatalistas, mas considera o homem um ser social, acredita numa nova ordem societária e tem na participação cidadã um instrumento de trabalho capaz de consolidar essa nova ordem.

Durante os aproximadamente um ano de trabalho desenvolvido com o Comitê Adalberto Pinheiro, muitos foram os avanços. Percebe-se que estes são frutos advindos do relacionamento entre estas pessoas que até então, não se conheciam, e com isso não sabiam o que uns e outros desenvolviam na região.

Por meio do fomento a participação no primeiro momento do Comitê e posteriormente dos espaços legais de participação, observa-se um avanço em busca do desenvolvimento comunitário através do alcance das metas que foram traçadas no Seminário de Visão do Futuro. Para isso, estão sendo definidas diretrizes que indicarão o caminho a ser seguido para que em 2015 a região esteja bem próxima do que se desejou. Para isto, conforme discutido acima, a participação e a articulação entre a redesocioassistencial é imprescindível. E isto se dá através do relacionamento e do conhecimento do que é realizado por cada instituição. Pois, quando se diz de desenvolvimento comunitário sustentável, se diz de um ente externo que vem, contribui, vai embora, porém o que foi construído permanece. E só permanece porque as pessoas daquele local, envolveram-se e sentem-se pertencentes a ele. E estando a rede socioassistencial fortalecida ela terá condições de atender com



qualidade as demandas da região, não sendo mais necessário acionar um agente externo.

Com o objetivo de sistematizar o que vem sendo desenvolvido neste período, segue um quadro com a situação inicial e os resultados alcançados a partir dos trabalhos desenvolvidos junto ao Comitê Adalberto Pinheiro.

Tabela 02: Comparativo entre situação inicial e atual após atuação do eixo Fortalecimento de Comunidades junto ao Comitê Adalberto Pinheiro

| <b>Atividade</b>                                    | <b>Situação inicial</b>   | <b>Situação Atual</b>   |
|---|---|---|
| Reunião com Comitê Adalberto Pinheiro               | Nenhuma reunião com Comitê.   | 09 encontros com Comitês realizados sistematicamente de 20 em 20 dias.  |
| Organização de eventos de integração                | Na região não havia realização de nenhum evento de integração.  | Realização de três eventos de integração: <ul style="list-style-type: none"> <li>• I Encontro Local</li> <li>• Dia V</li> <li>• II Encontro Local</li> </ul>  |
| Participação em eventos para Fortalecimento da Rede | No comitê, não registrou a participação dos membros em nenhum evento organizado por instituições pertencentes a redesocioassistencial | Participação de cerca de 78% dos membros dos Comitês em 59 eventos promovidos por instituições pertencentes a redesocioassistencial. Exemplos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontro da redesocioassistencial do Barreiro organizado pela PUC Minas.</li> <li>• Encontro da redesocioassistencial do Barreiro organizado pela Regional Barreiro</li> <li>• Conferência Municipal de Saúde</li> <li>• Conferência Municipal de Assistência Social.</li> <li>• Outros.</li> </ul> |

|  |  |  |
|--|--|--|
| Articulações com Poder Público   | <p>No início dos trabalhos haviam duas articulações com o Poder Público.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do Centro de Saúde</li> <li>• Construção do Centro Cultural</li> </ul> | <p>Com o decorrer dos trabalhos foram fomentadas mais 3 articulações com o Poder Público.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parceria com SEDESE.</li> <li>• Parceria com PBH/ Secretaria Municipal de Saúde.</li> <li>• Parceria com PBH/Regional Barreiro</li> </ul>   |
| Articulação com Poder Privado  | <p>No início dos trabalhos não havia nenhuma articulação com o Poder Público.</p>  | <p>Com o decorrer dos trabalhos foi realizada parceria com Poder Privado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PUC Minas</li> </ul>  |
| Articulação entre instituições para fortalecimento da rede socioassistencial | <p>No início dos trabalhos não foi observado nenhuma articulação com entre a rede socioassistencial da região.</p>   | <p>Com o decorrer dos trabalhos foram fomentadas 4 articulações entre a rede socioassistencial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revitalização da praça Bom Pastor.</li> <li>• Festa Integrada das Crianças Adalberto Pinheiro.</li> <li>• Oficina de Futebol organizada por duas instituições da região.</li> <li>• Colaboração da rede socioassistencial de outros bairros na organização de eventos no bairro Adalberto Pinheiro</li> </ul> |

Fonte: Pesquisa da autora

A partir do quadro apresentado, pode-se ver que há resultados significativos referentes ao trabalho desenvolvido. Percebe-se que o grupo saiu de um

estágio de participação pouco efetiva para um estágio de participação mais efetiva.

Como apresentado na tabela acima, as atividades junto aos Comitês, como reuniões de Comitês, organização de eventos de integração, participação em eventos para fortalecimento da rede, articulações com poder público e privado e articulação entre instituições para fortalecimento da rede socioassistencial foram fundamentais para o alcance do “patamar” que o Comitê se encontra hoje.

Vale ressaltar, que ainda há um longo caminho a ser percorrido, porém, vários passos já foram dados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão teve como tema geral a participação cidadã e buscou fazer uma análise levando em consideração se esta participação favorece o desenvolvimento de comunidades.

No primeiro capítulo, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do tema objetivando-se um conhecimento mais aprofundado do mesmo, partindo da referência precursora de Karl Marx (1818-1883) sobre as lutas de classes. Situando-se adiante no contexto brasileiro, partiu-se do período da Ditadura Militar, culminado na atualidade com as experiências referentes ao Orçamento Participativo, além dos Conselhos de Direitos e Conferências. Outro ponto abordado neste capítulo foi a temática participação cidadã enquanto instância para tomada de decisão. Além disso, foram apontados o desenvolvimento comunitário e o fortalecimento de comunidades utilizando com instrumento a participação e a mobilização social.

No segundo capítulo abordou-se o Programa Comunidade Viva e realizou-se a contextualização de suas instituições financiadoras e gestoras, além de ter sido feita uma breve apresentação da regional onde o Programa está inserido. Realizou-se ainda um relato contemplando a região de atuação, e o Programa Comunidade Viva desde sua origem, até atuação em 2011.

No terceiro capítulo, realizou-se uma apresentação da estrutura do Comitê e ainda uma abordagem do percurso realizado junto ao Comitê Adalberto Pinheiro no ano de 2011. Durante a apresentação deste percurso realizou-se a apresentação de algumas situações que fazem parte do cotidiano dos trabalhos junto ao Comitê e estas foram analisadas a partir de referenciais teóricos que contribuem para a temática.

A partir dos estudos realizados referentes ao tema pode-se tirar perceber que para o alcance do desenvolvimento comunitário sustentável de uma região é preciso ter a participação efetiva das pessoas que estão envolvidas no processo, sejam moradores, lideranças, representantes de instituições e equipe

técnica. Pois parece que é desta forma que a população busca a efetivação dos seus direitos e fortalece assim seu processo emancipatório.

Ao considerar a participação cidadã como um dos instrumentos capazes de interferir na ordem vigente buscou-se fazer uma reflexão acerca da capacidade embutida nesta. Pode-se dizer que o processo de participar é dinâmico, é vivo, deve ser contínuo e precisa romper com a perspectiva individual do desejo para uma perspectiva coletiva de busca pelo bem comum. Sendo assim, percebe-se que as pessoas devem ter seu acesso à informação garantido de maneira clara e que permita-a refletir sobre sua real situação. Informações distorcidas ou alteradas podem levar a estagnação/conformismo da população que a partir disso, tendem a tratar tudo como fatalismo, o que impedem de tentar lutar, pois “tudo está posto” /determinado.

Outro ponto a observar é a participação enquanto parte de um processo que é antes de tudo educativo. Não se nasce um ser participativo, as pessoas podem ser estimuladas durante a trajetória de vida a ocupar estes espaços. Sabe-se que espaços democráticos baseados na interação e comunicação fomentam a “construção” de novos atores.

Percebe-se que a participação cidadã é parte indissociável ao desenvolvimento comunitário. No Programa Comunidade Viva esta vem sendo praticada e estimulada a todo o tempo. Porém, sabe-se que ter a participação cidadã arraigada nos processos de desenvolvimento ainda é um desafio, pois na maioria das vezes participar é mais trabalhoso do que acomodar-se. Para enfrentamento desta situação, torna-se necessário o diálogo, o exemplo da participação, a cobrança desta, e ainda a estimulação a participação.

A dimensão participativa para o desenvolvimento comunitário é um processo dinâmico, no qual as capacidades locais estão em constante aperfeiçoamento devido às articulações existentes entre os diferentes atores (poder público, sociedade civil e mercado). Daí a importância de enfatizar sempre essa articulação dentro de todo processo do desenvolvimento, onde cada ator envolvido possa contribuir efetivamente nesse processo.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Flávia Duque. Democracia Participativa e política urbana na experiência urbana de Belo Horizonte a partir dos anos 90. 2009 B

COSTA, Bruno L. D. Política, instituições e estratégia de implementação. Elementos para análise de políticas sociais. In: CARNEIRO, Carla Bronzo L.; COSTA, Bruno L.D. Gestão social: o que há de novo? Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

DA PAZ, Rosangela Dias Oliveira; TABOADA, Kleyd Junqueira. Cidades, Desigualdades e Territórios: Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Curso à Distância

**DAGNINO**, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOMES, E. S. e BARBOSA E. F. 1999. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos**. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. 30 de Agosto de 2000. <<http://www.educativa.org.br>>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

OLIVEIRA, Terezinha Rodrigues. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte, Vol: II, nº03 P. 116-145/ Jan/jun 2009

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de Clássicos**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

DIAGNÓSTICO Comunidade Viva, 2009

SÃO PAULO, Paz e Terra, 2002.

<http://www.vmtubes.com.br/vmbInternet/calandra.nsf/0/978E1A7689EBE2EB032572FA0080750C?OpenDocument&pub=T&proj=Internet> Acesso em 04/11

<http://dlis.wordpress.com/> Acesso em 10/10/2011

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17229&lang=pt\\_BR&pg=6983&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&tax=17229&lang=pt_BR&pg=6983&taxp=0&) Acesso em 10/10/2011

<http://www.webartigos.com/artigos/o-que-e-controle-social/23288/> Acesso em 13/11/2011

<http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/ConselhosMunicipaiseControlSocial.asp> Acesso em 13/11/2011

<http://www.idis.org.br/biblioteca/tira-duvidas/tira-duvidas-sobre-desenvolvimento-comunitario/> Acesso em 13/11/2011

<http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade/> Acesso em 13/11/2011

<http://escoladeredes.ning.com/profile/CeliaRBSchlithler> Acesso em 13/11/2011

[http://www.guarulhos.sp.gov.br/destaques/programa\\_urbal/grupo\\_focal.pdf](http://www.guarulhos.sp.gov.br/destaques/programa_urbal/grupo_focal.pdf) Acesso em 13/11/2011

[http://pensador.uol.com.br/rosa\\_luxemburgo\\_frases/](http://pensador.uol.com.br/rosa_luxemburgo_frases/) Acesso em 05/09/2011